

A CIÊNCIA ISENTA E A MÃO NO LEME DA HISTÓRIA.

Alexandre Hecker*

*A vida é constitutivamente um drama,
porque é sempre a luta frenética para
conseguir ser de fato aquilo que somos
em projeto*

Ortega y Gasset.

Os fatos políticos têm um papel muito especial nesse século que está por encerrar-se. A afirmação pode dar a entender que se vai aqui tentar preservar a validade de uma metodologia histórica que, referindo-se sempre aos fatos como pontos de partida e de chegada do conhecimento, evidentemente não pode mais satisfazer as exigências das pesquisas em ciências sociais. Não é de uma história de caráter *evenementielle*, aberto ou velado, que se cogita. O que se quer pôr em relevo é que a história contemporânea está umbilicalmente ligada à política, porque é uma história marcada por comoções políticas impossíveis de se desconsiderar. O período compreendido pelo século XX - longo ou curto, segundo a diversa preferência de eminentes historiadores - viu os eventos e as transformações políticas desempenharem um papel hegemônico em relação à outras esferas da vida pública ou privada. É preciso lembrar que este século viveu guerras mundiais que deram novas feições às relações humanas; que conheceu e conviveu por décadas a fio com a invenção de um novo mundo complexo como foi o experimento soviético, modificador dos ideais culturais planetários, tanto que até hoje temos experiências que se dizem comunistas em diferentes e distantes regiões do globo. Houve também todo o longo e angustiante período da Guerra fria, no qual as histórias pessoais estiveram marcadas pelas imposições da "grande políti-

* Professor de História Contemporânea da Unesp/Assis. E-mail: fahecker@unesp.br.

ca" que dividia espaços geográficos e sentimentos com a mesma indiferença. É preciso lembrar que foi o século da incorporação do contingente feminino à vida pública; o século no qual os jovens despontaram para as relações de poder como um quinhão extremamente considerável; o século no qual a aspiração constituinte deixou de ser um projeto longínquo para boa parte dos países e a palavra democracia ganhou espaço mesmo que em diversas e contraditórias acepções.

Tudo isso significou a generalização de relações sociais nas quais o vínculo essencial esteve localizado na vivência das questões de poder, concreto ou simbólico. Mais uma vez é preciso afirmar: quando se observa a preeminência da história política, não se pretende afastar de cogitação outras modalidades do saber histórico, ou mesmo minimizar a contribuição, por exemplo, da história cultural que hoje até mesmo predomina em nossa historiografia. A intenção é salientar o, por assim dizer, transbordamento das relações de poder para outras áreas. Para a história contemporânea, os acontecimentos políticos mantêm-se como o fio condutor ao longo do qual outros processos vão ganhando consistência e coerência.

Se no passado esse transbordamento de conteúdo diante de outros domínios levou à prática generalizada de uma historiografia que desprezava o contato com outras áreas do saber, hoje, pelo contrário, exige-se dos estudos históricos-políticos uma posição favorável à abertura para outras disciplinas. A situação alterou-se diametralmente, mas a história política - após um interregno irregular e diferenciado em relação às historiografias nacionais - continua desfrutando de uma posição especial. Há consenso entre os historiadores em reconhecê-la como detentora de um objeto de natureza radicalmente interdisciplinar. "É impossível para a história política praticar o isolamento", afirmou René Rémond.¹

Na raiz desse processo denominado transbordamento de influência da história política está, em contrapartida, a própria dificuldade em definir precisamente o campo de atuação dessa disciplina. É de sua natureza o caráter amplo: não há disponível um critério ordenador exclusivo dos fatos políticos como ocorre em outros casos. A filosofia se organiza a partir do estudo da verdade; a ética tem como elemento predominante a compreensão do bem; a economia se debruça sobre a administração do útil². Assim, na falta de um princípio-chave próprio, a história política se vê obrigada a tomar variadas posições nos "lugares da política", ou seja, a interessar-se pelos espaços diversos dos sistemas políticos que abarcam,

¹ REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Ufrj; Fgv, 1996, p. 29.

² SARTORI, G. **La política**. Bologna, Il Mulino, 1979.

genericamente, o lugar no qual se formam as decisões coletivizadas (tomadas por poucos para atingir a muitos), as questões relacionadas à soberania e às instâncias em que se lida com a força coativa. Interessam, portanto, assuntos referentes às relações internacionais, aos sistemas eleitorais, às formas de participação, aos movimentos pela constituição e ampliação de direitos, aos comportamentos eleitorais, aos grupos de interesses, à burocracia, às transições de regimes, ao parlamento, ao governo, enfim, uma listagem quase infinita de áreas, ações e idéias.

Até esse ponto da exposição os historiadores políticos podem ter encontrado motivos de satisfação ou pelo menos de garantia de muito trabalho dada a amplitude das atividades descritas e a elas atribuídas. Creio, no entanto, que tal estado de espírito pode arrefecer daqui em diante.

Acontece que nós, historiadores políticos, na verdade, somos pensadores de risco. Ou seja, certamente estamos mais próximos das tentações de um conhecimento com fins deliberados, com endereço ideológico imediato, do que outros colegas mais prudentes. Em nosso caso, a dimensão da política *stricto sensu* se embaralha com a da história como conhecimento da matéria³, e ao tentar fornecer aos nossos alunos instrumentos críticos para a interpretação do momento político imediato, é possível que estejamos descumprindo as exigências éticas pertinentes ao ofício do historiador. Esta é, seguramente, uma contrapartida nefasta para uma disciplina que, como nenhuma das demais tarefas de Clio, interessa aos estudantes como cidadãos.

* * *

Há, principalmente, dois apelos para o historiador contemporaneísta participar ativamente do debate político e mesmo tomar partido diante de polêmicas:

- o primeiro "vem de fora": muitas vezes as instituições exigem que diante das crises ou dificuldades do Estado, os historiadores se encarreguem de tarefas políticas e civis que são na verdade responsabilidades de outras áreas. A atividade historiográfica tem sido convocada para justificar alterações de grupos sociais na posse da autoridade de governo ou mesmo, em sentido

³ Pierre Villar identifica duas acepções para o vocábulo história: pode referir-se ao "conhecimento da matéria" ou à "matéria do conhecimento", segundo suas próprias palavras In "Marx e a história" In HOBSBAWM, Eric (org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 91.

contrário, para legitimar comportamentos de oposição; para atribuir sentido à unidade político-geográfica, ou para garantir autonomias locais; para autorizar a integração de populações em conjuntos ditos nacionais. Enfim, é chamada a participar das mais variadas intenções políticas que, sendo justificáveis ou não do ponto de vista das comunidades envolvidas, não correspondem ao princípio de liberdade de pesquisa e da não instrumentalização da atividade científica. Em uma palavra, reforçam ideologias.

- outro apelo, "vem de dentro". Sobretudo para o historiador do político (ou da política) corresponde ao incitamento representado pelo presente, pelas dúvidas exibidas pelos atores políticos em suas perspectivas mais ou menos incertas - tudo isso calando forte em seu espírito pretensamente equilibrado. E esse, digamos, apelo, ou comunicação com o mundo exterior às fronteiras da vida acadêmica, desenvolve um papel favorável e benéfico para os próprios estudos. Uma historiografia que não se nutra de paixão civil ou mesmo política, está fadada à burocratização e à perda de interesse. É bem verdade que isso não basta à atual história política que deve incorporar à história das instituições e das classes, objetos de pesquisa vindos da história das mentalidades e da cultura em geral, e também considerar os benefícios que contatos íntimos com a sociologia política e a antropologia cultural podem trazer.

Resulta dessa dupla convocação que os estudiosos venham cada vez mais cuidar de assuntos políticos que lhes sejam caros, ou sobre os quais pretendam dissertar mostrando a capacidade política de influir sobre as pessoas. Teríamos nesse caso historiadores de formação liberal defendendo as vantagens do liberalismo, comunistas escrevendo sobre a superioridade do comunismo, historiadores apolíticos discorrendo sobre a excelência do descompromisso e assim por diante. Estaríamos em um impasse se o historiador se indignasse, se decidisse responder a desafios de momento? O resultado desses hipotéticos trabalhos seria desprezível, enquadrando-se primariamente numa literatura de reles defesa ideológica? A resposta é complexa, admite mediações, mas é decididamente pela negativa.

Importantes pensadores de nosso século, como André Malraux e Arthur Koestler, por exemplo, responderam ao shakespeariano dilema do intelectual contemporâneo - participar ou não participar da política, eis a questão - reprovando a sua atuação em uma área minada pelo compromisso. O primeiro, em seu célebre romance *L'Espoir*, de 1937, referindo-

se a Unamuno, observou que "o intelectual é o homem do matiz, da qualidade, da verdade em si, da complexidade. Ele é antimaniqueísta por definição, por essência. Ora, os meios de ação são maniqueístas, toda a ação é maniqueísta. Todo o verdadeiro revolucionário é maniqueísta. E todo o político". Koestler encontrou metáforas diametralmente opostas para aqueles que "sujam as mãos" com a política e os que se mantêm idealmente distantes. Chamou de iogue o interessado em transformar o homem a partir de seu foro íntimo, atuando sobre a moral pessoal. Este pensador, interpretando a política como intrinsecamente maléfica, propunha-se ficar fora dela. Ao segundo tipo Koestler chamou "comissário", pois se caracterizaria por ser um ativista com pretensões de mudar o homem a partir de fora. O "comissário" não deveria ser entendido como um ingênuo ou hipócrita: ele reconhecia o caráter diabólico da política, mas o entendia como transitório e, sobretudo, avaliava sua própria ação como capaz de erradicá-lo.⁴ Portanto, para Koestler como para Malraux, um muro ético deveria separar o terreno a ser lavrado pelo político ativista daquele semeado pelo pensador da política.

Nesse ponto é importante intervir para evidenciar ainda mais claramente a questão aqui tratada: uma coisa é fazer política, outra muito diversa é pensá-la. São dois mundos diferentes, o das idéias e o das ações e não é esse o momento correto para analisar as relações entre eles, ou mesmo a questão da influência exercida pelas idéias sobre as ações e em que medida isso ocorre. Preocupa-nos o trabalho do historiador enquanto criação de uma interpretação da política. Assim, retomando o problema podemos afirmar nossa posição: é favorável ao conhecimento histórico que, na especialidade da política, seus praticantes tenham posições a defender. O que é bem diferente de insuflá-los à ação política direta.

Reforcemos então o entendimento: não parece trazer benefício algum negar as afinidades que um historiador possa ter diante da política, mesmo no sentido pessoal das suas escolhas, desde que esteja suficientemente distante de um empenho direto como militante. Realmente o problema é não se tornar presa dessa afinidade a ponto de deturpar a realidade que se pretende construir por meio de categorias interpretativas artificiais, destinadas tão somente a justificar ou legitimar escolhas políticas imediatas. Para dizer numa frase: é possível filiar-se sem ser sectário!⁵

⁴ KOESTLER, Arthur. **O iogue e o comissário**, 1945.

⁵ Raimond Aron colocou a questão com irreverência: dizia que aderir não era nada, o problema era a adesão total. Quanto aos comunistas, afirmava que fechavam os olhos a qualquer crítica: "O militante bolchevique ignora os casos de consciência que se lhe põem (no dia em que ele começa a experimentá-los, está próximo da heresia)". "Postfácio a

Hobsbawm, num artigo intitulado "Engajamento"⁶ acredita mesmo que este empenho, corretamente direcionado, se constitui num mecanismo poderoso para impedir o historiador de fechar-se sobre si mesmo, permitindo a geração de idéias e levantamento de dúvidas importantes para as ciências sociais⁷.

Isso posto, vejamos a questão de outro ponto de vista que não o do construtor de histórias. Olhemos o resultado do trabalho, a história como conhecimento e seus compromissos: nos tempos atuais, em todos os países e ainda com mais razões no Brasil, a história contemporânea deve cada vez mais afastar-se de quaisquer funções artificialmente pedagógicas que outras modalidades do saber procurem imputar-lhe. Não há qualquer 'tarefa política', definida a priori, a ser cumprida pela história contemporânea: no passado recente repudiamos a tentativa espúria da ditadura militar de impor conteúdos e disciplinas que lhe fizessem a corte ideológica e intelectualmente; hoje, recusamos novamente a aproximação com o poder, mesmo que essa se apresente mais sutil e provocante. Apenas a liberdade absoluta de pesquisa pode garantir uma historiografia que não instrumentalize a atividade científica. Não é tarefa da história contemporânea incorporar qualquer ideologia que seja; a história deve sim compreendê-la como parte de um conjunto de construções políticas inseparáveis das instituições e dos interesses de camadas sociais.

Pode parecer confuso e mesmo contraditório apontar, para a ciência, proposições diretoras diferentes daquelas que propomos aos cientistas. No entanto, afigura-se como uma afirmação prática e logicamente defensável.

O raciocínio dá ocasião a um exemplo eloqüente: a historiografia acadêmica brasileira sobre o movimento operário teve início a partir de um ato de engajamento efetivo do professor Aziz Simão com a causa dos trabalhadores explorados. Desde muito antes de iniciar seus estudos pio-

Dieu des Ténèbres" In MELO, Romeu de (org.) **Os intelectuais e a política**. Lisboa, Editorial Presença, 1964, p. 277.

⁶ HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo, Cia das Letras, 1998, p. 151.

⁷ Pierre Bourdieu, numa entrevista de 1991, desejou que "os escritores, os artistas, os filósofos e os cientistas possam se fazer ouvir diretamente em todos os domínios da vida pública em que são competentes. Creio que todo mundo teria muito a ganhar se a lógica da vida intelectual, da argumentação e da refutação, se estendesse à vida pública. Hoje, é a lógica da política, da denúncia e da difamação, da 'sloganização' e da falsificação do pensamento do adversário que se estende muitas vezes à vida intelectual. Seria bom que os 'criadores' pudessem exercer sua função de serviço público e, às vezes, de salvação pública". BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998, p. 18-19.

neiros sobre "O voto operário em São Paulo", em 1955, até desembocar no *Sindicato e o Estado*, na década de 60, o notável estudioso adotara o caminho do socialismo democrático, tendo atuado como sindicalista gráfico e depois como fundador e mentor intelectual de dois importantes partidos - um em 1932 e outro em 1945 - que se autoproclamavam operários. Note-se, entretanto, que Aziz não escreveu seus trabalhos de encomenda, nem sob nenhuma outra orientação além de seus princípios e de sua ética profissional. Houve, portanto, um impulso positivo do historiador em querer contribuir para a solução do problema político tal como ele se apresentava naquela ocasião e o resultado de seu trabalho merece a rubrica de documento fundador de um conhecimento historiográfico. Mais genericamente pode-se afirmar, com certeza, que foi a intelectualidade de esquerda, com todos os compromissos simbólicos que tal denominação pressupõe, que inseriu o mundo do trabalho na historiografia - isso em termos internacionais.

Não há fronteiras intransponíveis que separem o "cientista independente" do "engajado" e seria cerceadora e artificial, como soem ser as idealizações racionalistas, a busca de um comportamento científico que funcionasse como modelo de isenção: lembre-se aqui que Gramsci indicava como o mais deletério, o trabalho intelectual daquele que se autoanunciava como absolutamente imparcial. Permita-se uma digressão pessoal: eu próprio - apesar da pouca significância do texto produzido - estaria falseando a verdade se não admitisse que escrevi sobre o socialismo brasileiro do período da República dita populista, na expectativa de reconhecer as suas raízes integradas à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, as suas potencialidades para a solução de problemas políticos nacionais.

Por essas razões é "ainda" possível e recomendável que se faça a história do socialismo e do comunismo entendidos como fenômenos sociais. Certamente não se escreverá como no passado, pois o próprio modo de ver os fenômenos socialistas e comunistas do século XX sofreu significativas mudanças após os acontecimentos dos anos 1989-1991. Particularmente, para os historiadores do comunismo o andamento de suas teses tem sofrido alterações cabais: fossem quais fossem suas afinidades - identificação mais ou menos crítica, hostilidade mais ou menos profunda, maior ou menor simpatia - é indubitável que tremeu fortemente o terreno sob os seus pés. Uma coisa era olhar a história dos países e dos partidos comunistas de dentro de um período histórico em processo, no qual estavam presentes não apenas o "socialismo real" mas os sonhos e mitos de vizinhança ideológica. Importava pouco se se considerasse esse mundo

eterno ou passageiro, reformável ou empedernido: ele existia, e isso determinava todo um modo de pensar que agora não tem mais sentido. O comunismo acabou como sistema de poder e as sobrevivências nominais pouco significam para aquela ideologia; os partidos comunistas, aceitem ou não os seus mentores, tornaram-se instituições muito diferentes do que eram. Toda a esquerda tem sofrido sérios abalos e a sua identidade passa por uma crise que se iniciou muito antes do colapso comunista: é possível que essa crise esteja na base da explicação da modesta participação da esquerda no reordenamento dos países do leste europeu. É nessa questão mesmo, a questão da longa crise, que novamente encontra alento a historiografia do socialismo, pois entendê-la representa um desafio fascinante para o historiador: reconstruir suas causas, percorrer as suas etapas e repercussões nas diferentes situações sociais atingidas, significa desvendar o legado político para o terceiro milênio. O profissional que se encarregar dessa historiografia estará perfeitamente adequado ao momento presente.

* * *

É hora de cuidar da interrogação ética que há poucas linhas se apresentava como provavelmente confusa e contraditória. Para tanto, é preciso lançar mão de dois textos clássicos - *A política como vocação* e *A ciência como vocação*⁸- nos quais Max Weber discorre sobre o procedimento do político e do científico. A utilização de quase o mesmo título para um e outro, obriga o leitor a atentar para a sua contigüidade e inter-relação conceitual.

Na realidade, apenas essa leitura conjunta é capaz de provocar uma resposta satisfatória para encaminhar, especificamente, uma solução para as dúvidas éticas relativas ao trabalho do historiador da política. No primeiro desses textos, Weber esteve fundamentalmente preocupado em entender "que tipo de homem se deve ser para que se possa pôr a mão no leme da história?"⁹, ou seja, de quais características deve dispor um político para administrar os bens públicos, já que está sempre possuído pelo "desejo de poder como meio inevitável" e este desejo pode desandar em arbitrariedades. A resposta é a posse de três destacadas qualidades: paixão, responsabilidade e proporção. Dessas, o autor apresenta a paixão

⁸ Esses textos, provenientes de conferências, estão contidos em WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1964. O volume foi organizado e é precedido por uma Introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills; tradução de Waltensir Dutra; revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso.

⁹ *Idem*, p.138.

como a força propulsora, como o elemento direcionador: "para que a ação tenha força íntima, o serviço da causa não deve estar ausente dela"¹⁰. Mas a harmonia entre as qualidades necessárias não ocorreria sem a participação de uma ética, e nesse caso seria preciso escolher:

Devemos ser claros quanto ao fato de que toda conduta eticamente orientada pode ser guiada por uma de duas máximas fundamentalmente e irreconciliavelmente diferentes: a conduta pode ser orientada para 'uma ética das últimas finalidades', ou para uma 'ética das responsabilidades'... Há um contraste abismal entre a conduta que segue a máxima de uma ética dos objetivos finais - isto é, em termos religiosos, 'o cristão faz o bem e deixa os resultados ao Senhor' - e a conduta que segue a máxima de uma responsabilidade ética, quando então se tem de prestar conta dos resultados previsíveis dos atos cometidos.¹¹

Mas não se trata de uma simples opção, explica Weber, pois, diferentemente do religioso, por exemplo, "quem contrata meios violentos para qualquer fim - e todo o político o faz - fica exposto às suas consequências específicas".¹² Isto é, quem lida com a política deve ser capaz de conjugar a ética das responsabilidades com a das últimas finalidades, pois essas "não são contrastes absolutos, mas antes suplementos, que só em uníssonos constituem um homem genuíno - um homem que pode ter a 'vocaçãõ para a política'"¹³.

A preocupação em "A ciência como vocação", no que se refere à relação entre ciência e política, é garantir o entendimento de duas idéias:

a) a crescente racionalização e o progresso do conhecimento técnico contribui para "desencantar o mundo" e para procurar "dominar todas as coisas pelo cálculo". Mas isso não significa saber mais das condições de vida em que existimos:

A ciência pressupõe... que o produto do trabalho científico é importante no sentido de que 'vale a pena conhecê-lo'. Nisto estão encerrados todos os nossos problemas, evidentemente. Pois essa pressuposição não pode ser provada por meios científicos - só pode ser *interpretada* com referência ao seu significado último, que devemos rejeitar ou aceitar, segundo a nossa posição última em relação à vida.¹⁴

¹⁰ *Ibidem*, p.140.

¹¹ *Ibidem*, p.144.

¹² *Ibidem*, p.149.

¹³ *Ibidem*, p.151.

¹⁴ *Ibidem*, p.170.

b) objetivos políticos não podem estar presentes nos propósitos do cientista, ainda mais quando o seu trabalho intelectual esteja relacionado ao assunto:

Tomar uma posição política prática é uma coisa, e analisar as estruturas políticas e as posições partidárias é outra. Ao falar num comício político sobre a democracia, não escondemos nosso ponto de vista pessoal... As palavras que usamos nesse comício não são meios de análise científica, mas meios de conseguir votos e vencer os adversários... Seria um ultraje, porém, usá-las do mesmo modo na sala de aula ou na sala de conferências... É, sem dúvida, possível que o professor individual não consiga eliminar totalmente suas simpatias pessoais. Fica, então, sujeito à crítica mais violenta no foro de sua própria consciência.¹⁵

A tarefa primordial do professor seria colocar o seu conhecimento e experiência a serviço da imparcialidade, mesmo reconhecendo a impossibilidade de erradicar as simpatias pessoais. A prova de fogo dessa tarefa consistiria em "ensinar seus alunos a reconhecer os fatos... inconvenientes para suas opiniões partidárias. E para cada opinião partidária há fatos que são extremamente inconvenientes, para minha própria opinião e para a opinião dos outros"¹⁶.

Preocupando-se com a política e a ciência como vocação, Max Weber traça as fronteiras possíveis para uma ética da relação conhecimento/poder. E dela podemos elaborar uma redução para uso prático: que o político não se valha do seus interesses pessoais contra o cidadão e o professor não se aproveite da cátedra para sonegar a crítica mais desabrida, inclusive a de suas convicções! Weber reconhece a presença de situações semelhantes: busca o equilíbrio possível entre a impossibilidade do conhecimento ser absolutamente neutro e a necessária parcialidade que acompanha o indivíduo enquanto agente de um pensamento histórico político.

Há uma tensão cognitiva nessas idéias e não foi sua intenção resolvê-la artificialmente pela indicação objetiva e inequívoca de um método para chegar a verdades definitivas, mas indicar "que as atitudes últimas possíveis para com a vida são inconciliáveis, daí a sua luta jamais chegar a uma conclusão final"¹⁷.

¹⁵ *Ibidem*, pp.172-173.

¹⁶ *Ibidem*, p.174.

¹⁷ *Ibidem*, p.179.

* * *

É reconhecendo a inevitabilidade de conviver com a imprecisão de nossas categorias analíticas em história política, como de resto em outras modalidades da história¹⁸, que talvez possamos retornar à posição do intelectual mais crítico e autônomo e combater o extremo relativismo cultural que tem assolado a história. O historiador da política deve objetivamente adotar posições, sabendo que se exigirá dele uma constante avaliação de suas circunstâncias a partir de critérios e métodos que embora dubitáveis, posto serem categorias conceituais, garantam a diferença entre o espaço da opinião apaixonada e da investigação histórica refletida. O mais fica para a aventura do conhecimento que, como o poeta, perguntará sempre:

*Que metro serve
para medir-nos?
Que forma é nossa
e que conteúdo?*

Drummond

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

HOBSBAWM, Eric (org.) **História do marxismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

_____. **Sobre história**. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

KOESTLER, Arthur. **O iogue e o comissário**, 1945.

MELO, Romeu de (org.) **Os intelectuais e a política**. Lisboa, Editorial Presença, 1964.

¹⁸ Sobre a imprecisão do conhecimento histórico observe-se que segundo a clássica interpretação de W. Dilthey, às ciências do espírito caberia a compreensão, a busca do significado dos fenômenos, enquanto apenas as ciências da natureza permitiriam trabalhar com a explicação já que desvendam o desenvolvimento de relações causais. Como o historiador lida com fatos humanos e suas compreensões - variáveis essas que dele não se afastam já que são da mesma natureza - obtém um conhecimento particular, sendo o espírito humano, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecer.

REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Ufrj; Fgv, 1996.

SARTORI, G. **La política**. Bologna, Il Mulino, 1979.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1964.

RESUMO

A ciência isenta e a mão no leme da história.

Fazer história política - seja da prática ou da teoria, seja do político no sentido do evento presente no público ou no privado, nas estruturas sociais como na capilaridade do cotidiano - significa condenar o relativismo radical que assola o nosso terreno, significa reconhecer uma realidade objetiva e as possíveis conexões entre ela e os conceitos que a representam e, ao mesmo tempo, moldam-na. Ocorre com a história política hoje, mais do que com os outros afazeres de Clio, um apego ao evento, ao acontecimento e seus desdobramentos. No entanto, não se confunda essa aproximação com uma recaída na 'histoire événementielle'. A questão é diversa: se no nascimento dos tempos modernos a promoção do Estado exigiu da historiografia uma submissão total, a ponto de toda produção identificar-se com história política, agora, quando esse mesmo Estado entra em crise talvez terminal, a disciplina (certamente obrigada a renovar-se, a desenvolver novos métodos, alterar sensibilidades, captar simbologias e estender-se a novos campos) deve responsabilizar-se por pensar essa crise e avaliar os seus entendimentos. Por isso mais crítico do que nunca, é preciso que o historiador assuma o papel de adversário do relativismo cultural que assola a sua especialidade e adote posições. Trata-se de um novo e criativo engajamento que não dispensa uma constante e acelerada autoavaliação.

Palavras-chave: história política; historiografia; contemporaneidade; engajamento; cidadania.

ABSTRACT

Neutral science and the guiding of history

To make history politics - either of the practice or the theory, either of the politics in the meaning of the event present in the public or the private one, in the social structures as well as in the capillary of the daily life - means to condemn the radical relativism that devastates our area, means to recognize an objective reality and the possible connections between it and the concepts that represents it and, at the same time, mold it. Today occurs with history politics, more than with the other tasks of Clio, an attachment to the event, the happening and its unfoldings. However, let us not confuse this approach with a new fall into the 'histoire événementielle'. The question is diverse: if in the birth of the modern times the promotion of the State demanded a total submission of the historiography, on the point of all production to be identified with history politics, now, when this very State enters in crisis perhaps terminal, the discipline (certainly obliged to renew itself, to develop new methods, to modify sensibilities, to pick-up symbologies and to extend itself to new areas) must be responsible for thinking this crisis and evaluating its understandings. Therefore more critical than never, it is necessary that the historian assumes the role of adversary of the cultural relativism that devastates its specialty and take standings. It is about a new and creative commitment that does not excuse from a constant and accelerated self valuation.

Key-words: political history; historical science, contemporary, commitment, citizenship.